

	Ação Educativa Documentação
Código:	04.01.06
	Albr exp
	Data: 22/11/96.

Projeto

CEDI	EDUCAÇÃO POPULAR E ESC. POPULAR
documentação	
V.º	
Data/...../.....

Exploração Sexual de Meninas/Adolescentes : visibilidade do problema nas unidades federadas : São Paulo

Relatórios consolidados

Relatório consolidado da atividade 1: Entidades e Programas (p. 2)

Relatório consolidado da atividade 2: Visibilidade do Problema (p. 7)

Relatório consolidado da atividade 3: Visibilidade do Problema em São Paulo (p. 10)

São Paulo, dezembro 1994

Convênio

Fundação Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência - CBIA

Centro Ecumênico de Documentação e Informação - CEDI

Relatório consolidado da atividade 1

Entidades e Programas

Levantamento, localização e caracterização das obras oficiais e organismos não-governamentais que prestam atendimento a crianças/adolescentes exploradas pela prostituição no estado de São Paulo

Há pouquíssimas instituições (governamentais e não-governamentais) que realizam trabalho de atendimento a crianças e adolescentes submetidas à exploração sexual no estado de São Paulo. Nos dois municípios pesquisados (São Paulo e Santos), que estão entre as áreas do estado com maior infra-estrutura governamental e também com maior organização da sociedade civil, existe somente um programa especificamente dirigido ao atendimento de meninas prostituídas (desenvolvido pela Prefeitura de Santos); além deste, existem três entidades que realizam um trabalho com pessoas prostituídas e que no interior deste trabalho atendem também meninas, mas sem um programa específico para elas. Consideramos, assim, que o quadro no estado de São Paulo é de quase inexistência de atendimento.

Investigamos duas vertentes de instituições e entidades: aquelas que trabalham com crianças e adolescentes em situação de risco, e aquelas que lidam com a questão da prostituição. Fora o programa desenvolvido pela Prefeitura de Santos, as entidades em que encontramos algum tipo de atendimento às meninas sexualmente exploradas estão entre as da segunda vertente, do trabalho voltado à questão da prostituição.

As instituições que atendem crianças e adolescentes não desenvolvem nenhum trabalho específico para as meninas prostituídas. Sabem que existe o problema, reconhecem a sua relevância e a necessidade de trabalhar com essas meninas, informam inclusive que entre as crianças e adolescentes que atendem há meninas prostituídas, mas não desenvolvem nenhum programa específico para essa questão. Apontam como fatores para essa ausência dificuldades de diversas ordens, entre elas a falta de recursos (humanos e materiais) e de orientação para a estruturação de abordagens e programas adequados; além disso, se referem à complexidade e dificuldade do próprio problema, que envolve atores perigosos, como os gigolôs, as redes de traficantes, e instituições governamentais, como a polícia, que muitas vezes está envolvida com a exploração.

As entidades que desenvolvem trabalho com prostituição atendem fundamentalmente a população adulta; no meio desse atendimento aparecem, de forma bastante esporádica e rotativa, algumas meninas. Nenhuma dessas entidades têm um programa específico para crianças e adolescentes, nem uma abordagem elaborada para tratá-las diferentemente da população adulta. Na maior parte das vezes, as meninas são atendidas juntamente com as adultas, nas mesmas atividades; somente em alguns momentos é que se faz um acompanhamento diferenciado, no

atendimento individual ou em algumas atividades que aglutinam mais as meninas que as adultas. Algumas dessas entidades fazem um trabalho que é permanente mas não cotidiano, isto é, tem uma regularidade de uma a cinco vezes por semana. Na maior parte das vezes, não tem estrutura de abrigo, alimentação, nem escolarização. Em geral, o trabalho de atendimento gira em torno de atividades de discussão e orientação para a resolução dos problemas enfrentados no cotidiano das meninas, com apoio no sentido de encaminhamento para outros serviços de atendimento. Muitas das meninas recorrem a instituições de atendimento voltadas para crianças quando sentem necessidade, segundo informação de alguns entrevistados.

Há a observação de que as meninas têm um comportamento, durante o atendimento, bastante diferente das adultas, demonstrando menor interesse nas discussões em grupo e maior envolvimento nas atividades lúdicas, o que dá a percepção da necessidade de um trabalho diferenciado para essa faixa de idade. Ou seja, essas entidades também reconhecem a necessidade de desenvolver programas específicos para o atendimento de meninas, e também apontam as dificuldades para isso, tanto as relativas à falta de estrutura material como as relativas às dificuldades de abordagem, principalmente o fato das meninas tentarem esconder sua idade real, pela pressão dos cafetões, e pela repressão da polícia. Essas entidades também se referem às dificuldades e perigos de trabalhar com esse problema, pelos atores envolvidos.

1. Relação das entidades visitadas

Município de São Paulo

Secretaria Estadual da Criança, Família e Bem-Estar Social

Na população que atendem, há crianças que se prostituem, mas não fazem nenhum tipo de distinção no atendimento.

Secretaria Municipal da Família e Bem-Estar Social

Não desenvolvem nenhum tipo de atendimento, embora informem ter a intenção de fazê-lo

Pastoral do Menor

Não fazem trabalho com esse enfoque. Informam que no Centro de Defesa da Criança e Adolescente, de que participam, há disponibilidade para realizar um trabalho de apoio jurídico, mas que ainda não apareceu nenhuma demanda nesse sentido.

NTC (Núcleo de Trabalho Comunitário) da PUC (Pontifícia Universidade Católica)

Não trabalham com essa questão

Programa de Atenção à Saúde do Adolescente, da Secretaria Estadual da Saúde

Não fazem nenhum trabalho específico com prostituição, embora entre as meninas atendidas haja meninas prostituídas, e a questão da prostituição seja discutida, de forma genérica.

Centro Latinoamericano de Estudos em Saúde Mental

Desenvolve trabalho com população de rua, mas não com crianças e adolescentes prostituídas. Informa o interesse de desenvolver um trabalho com essa população, na dimensão da saúde mental.

Serviço da Mulher Marginalizada

Desenvolve trabalho com prostitutas e, dentro desse trabalho, também com meninas prostituídas, embora não tenha um programa específico para isso. O trabalho é realizado através de duas "Casas de Convivência da Mulher", uma na região da Sé e outra na região da Luz, que consideramos como duas entidades separadas (pelo relativo grau de autonomia existente na direção dos trabalhos das casas).

Associação Piracema

Entidade que trabalha com prostituição e atende, esporadicamente, algumas adolescentes, mas também sem um programa constituído para isso.

Centro de Doenças Sexualmente Transmissíveis do centro de Referência e treinamento AIDS - Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo

Programa direcionado à questão da saúde com mulheres prostituídas: constitui-se de uma reunião semanal, entremeada de atividades lúdicas e de um lanche. Entre a população adulta, atende também algumas meninas, embora de forma bastante inconstante e rotativa.

Município de Santos

Projeto "Meninas de Santos"

Este é o único programa especificamente desenvolvido para o atendimento de meninas atingidas pela exploração sexual que encontramos nos dois municípios pesquisados. Este programa é mantido pela Prefeitura de Santos, com o envolvimento de diversas Secretarias (principalmente as de Higiene, de Educação, Cultura, e de Ação Social), em convênio com a Unicef e com a participação do Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. A proposta do programa é a de atender as meninas em situação de prostituição e as que são vítimas de violência. O contato é feito nas ruas e nas moradias coletivas (cortiços) do centro velho da cidade. O atendimento busca fundamentalmente promover o "empower" dessas meninas: há um atendimento terapêutico, visando o resgate da auto-estima e auto-confiança; atividades culturais e artísticas, oficinas de artesanato e de profissionalização (curso de cabeleireira), que deve proporcionar um programa de geração de renda. Há também um trabalho de contato com as famílias. Por outro lado, realizam também um trabalho com alguns "agentes" da rede de prostituição, como donos de hotéis e boates, visando vencer sua oposição ao trabalho realizado pela entidade.

2. Algumas observações sobre as fichas relativas a essa atividade

Constatamos que não há campo de resposta na ficha nº 2 para algumas das atividades mais presentes no atendimento das entidades que lidam com a questão da prostituição: entre elas, a "discussão dos problemas" (problemas com a polícia, de discriminação, de relação com familiares etc), que aparece em todas as entidades visitadas como uma das principais atividades; o atendimento relativo ao apoio e defesa de direitos e de questões jurídicas; trabalhos de orientação para prevenção de DST e AIDS.

Outra constatação, que consideramos atrapalhar a avaliação do quadro de atendimento, é que não há campo para indicar o número total de meninas atendidas pela entidade: como os números anotados são relativos a cada programa ou atividade, não há como saber se o número ali indicado se refere às mesmas ou diferentes meninas, tornando impossível concluir qual o número total.

No campo sobre a capacidade de atendimento interno, também consideramos que seria útil haver uma especificação se esse atendimento corresponde a abrigo, com pernoite, alimentação, etc, ou se corresponde somente à realização de atividades no interior de uma sede. No caso das entidades em que encontramos trabalho com meninas, por exemplo, nenhuma delas fornece abrigo, e geralmente a alimentação corresponde a um lanche semanal ou esporádico.

Com relação às entrevistas com os responsáveis pelas entidades, consideramos importante observar que a estimativa da população alvo foi, em todos os casos, bastante imprecisa, o próprio informante afirmando não ter bases concretas para o cálculo, e hesitando em fazê-lo.

Helena Wendel Abramo

CEDI (Centro Ecumênico de Documentação e Informação)

São Paulo, 28 de outubro de 1994

Relatório consolidado da atividade 2

Visibilidade do problema

Localização de estudos, pesquisas, documentos de entidades, teses de mestrado e doutorado, levantamentos relevantes existentes sobre o tema Prostituição Infantil em São Paulo (período 1990 a julho 1994)

1. A primeira observação a ser assinalada é o volume surpreendentemente pequeno de publicações e estudos existentes sobre o tema. O único livro publicado em São Paulo, no período sob foco (1990 a julho de 1994) é o de Gilberto Dimenstein, "Meninas da Noite". Encontramos também um relatório de pesquisa, mimeografado, não-publicado, (pesquisa realizada pelo Núcleo de Extensão Universitária da Unisantos, vinculada ao "Projeto Meninas de Santos") e alguns artigos de revistas, a maior parte deles publicada em um periódico informativo de uma entidade que desenvolve trabalho de atendimento a mulheres prostituídas (Revista "Mulher Libertação", do Serviço à Mulher Marginalizada).

Pela exiguidade de publicações encontradas é que resolvemos acrescentar duas fichas referentes a teses acadêmicas que se baseiam em pesquisas sobre prostituição de mulheres adultas; e também três fichas referentes a publicações do Rio de Janeiro: uma referente a um livro que trata da questão da prostituição em geral, na sociedade brasileira da passagem do século passado para este, sem recorte sobre a prostituição infanto-juvenil (o livro de Margareth Rago, que é professora da Unicamp), e dois artigos sobre prostituição de meninas publicados em uma revista de ONG (Ceap - Centro de Articulação das Populações Marginalizadas), somente pela oportunidade de termos nos deparado com eles, que pode ter escapado à pesquisa realizada no estado do Rio de Janeiro.

2. Para realizar esta atividade fizemos pesquisa nas bibliotecas e arquivos das seguintes instituições:

- ♦ PUC (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)
 - Biblioteca Central
 - Biblioteca da Pós-Graduação
 - Laboratório de Psicologia Social
- ♦ USP (Universidade de São Paulo)
 - Bibliotecas das Faculdades de Ciências Sociais, História e Psicologia
- ♦ Unicamp (Universidade Estadual de Campinas)
 - Consulta feita através da Unibib

- ♦ Unisantos (Universidade Católica de Santos)
- ♦ Biblioteca Municipal de Santos
- ♦ Secretaria Estadual da Criança, Família e Bem-Estar Social
- ♦ CIM (Centro de Informação da Mulher)
- ♦ Rede Mulher
- ♦ Fundação Carlos Chagas
- ♦ Serviço à Mulher Marginalizada

Em nenhuma das bibliotecas pesquisadas encontramos como classificação o tema "Prostituição Infantil", a não ser na biblioteca da Unisantos. A maior parte dos títulos encontrados estava classificado no tema "Prostituição". Os outros temas pesquisados foram: "Crianças", "Adolescentes", "Menores", "Violência Sexual" e "Violência Doméstica".

3. Comentários sobre a bibliografia encontrada

Os trabalhos de maior fôlego (o livro de Margareth Rago e as duas teses da PUC) se referem à prostituição feminina em geral, não abarcando ou não diferenciando especialmente a prostituição de meninas. O livro de Gilberto Dimenstein é essencialmente uma descrição de reportagem, relatando alguns dos aspectos mais dramáticos da prostituição de meninas na região norte do país. O relatório produzido pela equipe da Unisantos (que é ainda parcial) faz, basicamente, uma compilação das informações e argumentos dos estudos e ensaios existentes sobre o tema da prostituição de crianças e adolescentes do sexo feminino, tentando montar um quadro inicial de suporte para o projeto de pesquisa de campo que ainda está em desenvolvimento.

A maior parte dos artigos publicados em revistas e periódicos é constituída de pequenos textos, com dados apenas ilustrativos e de pequena profundidade conceitual. A maior parte deles têm o caráter de denúncia e tentativa de contextualizar o problema. A impressão que se tem é que ainda se busca uma forma de abordar e conceituar o fenômeno. Não há quase dados obtidos por meio de pesquisa sistemática; as informações vêm, na maior parte das vezes, por meio de notícias de jornal e pela observação de pessoas vinculadas a algum tipo de trabalho de atendimento. Boa parte dos artigos por nós encontrada, inclusive (principalmente os publicados na Revista "Mulher Libertação"), não são resultado de uma produção de pesquisadores brasileiros: muitos deles são simplesmente reproduções de reportagens de jornal, de trechos de relatórios de Seminários e Conferências, resumos de mesas-redondas e palestras, ou tradução de artigos publicados no exterior.

Esse quadro nos permite inferir que, pelo menos no estado de São Paulo, é quase inexistente, ou ainda muito incipiente, a pesquisa, a reflexão, o debate e mesmo o interesse pelo tema da prostituição infanto-juvenil.

Por outro lado, é possível perceber que há algumas iniciativas, por parte de determinadas entidades da sociedade civil, no sentido de se colocar o problema para reflexão: essa percepção é alimentada pela citação de palestras e mesas-redondas promovidas por diferentes tipos de entidade, normalmente no interior de conferências e seminários sobre temas mais amplos (sobre a questão feminina ou sobre a questão de crianças e adolescentes em situação de risco). Pelo que pudemos perceber, a partir desses artigos, há três vertentes de entidades que têm se preocupado em iniciar um debate sobre o tema: entidades vinculadas ao trabalho com a questão da prostituição, entidades voltadas para a questão da mulher ou a questão feminina, e entidades vinculadas ao trabalho com crianças e adolescentes em situação de risco, principalmente com meninas de rua.

4. Observações sobre as fichas

Consideramos que no modo como está elaborada a ficha de caracterização das publicações (ficha nº 3), não há um campo definido para a anotação do título do periódico (que é o título pelo qual a publicação pode ser encontrada, portanto uma informação fundamental), quando a publicação em questão se refere a um artigo publicado em revista ou boletim. Nós optamos por anotar esse item no mesmo campo do tipo de publicação.

Outra observação é que consideramos que seria interessante haver um campo para registrar o número de páginas do texto e local (a biblioteca ou arquivo) onde foi encontrada a publicação.

Helena Wendel Abramo

CEDI (Centro Ecumênico de Documentação e Informação)

São Paulo, 29 de outubro de 1994

Relatório da atividade 2.2

Visibilidade do problema em São Paulo

1. Observações preliminares

Para fazer a pesquisa na imprensa do município de São Paulo havíamos escolhido, inicialmente, os periódicos *Folha de São Paulo*, jornal de maior tiragem do município e com público mais escolarizado, e o *Diário Popular*, jornal de público mais popular. No entanto, quando fomos iniciar a pesquisa, tomamos conhecimento de que o arquivo deste último jornal estava em reforma e que não seria possível utilizá-lo para consulta; resolvemos, então substituir este periódico pelo *Notícias Populares*, jornal de tipo e circulação mais ou menos equivalente ao *Diário Popular*.

No município de Santos pesquisamos o único periódico diário existente, *A Tribuna de Santos*.

2. Problemas operacionais e metodológicos da pesquisa

A. - Pesquisa nos arquivos

A pesquisa do *Notícias Populares* ocorreu sem problemas: o arquivo do jornal é completo e pode-se contar com a orientação e ajuda qualificada do funcionário.

A pesquisa da *Folha de São Paulo* foi bastante difícil: o arquivo do jornal está informatizado mas muito incompleto, na verdade o sistema de consulta através do banco de dados se mostrou inteiramente falho: das 5 matérias que depois descobrimos terem sido publicadas por este periódico no período em foco, foram encontradas somente 25 por meio desse sistema. Além disso, o jornal cobra pelo serviço de consulta (R\$ 50,00 por hora), o que encarece demasiado a realização de uma consulta exaustiva como essa, que exige manuseio do exemplar inteiro de cada número do jornal durante 30 meses. A solução foi consultar as coleções da *Folha de São Paulo* existentes na Biblioteca Municipal Mário de Andrade e no Arquivo do Estado. Mesmo assim, por falhas nessas coleções, ficamos sem condições de consultar os dias 15 e de 17 a 30 do mês de junho de 1994.

A pesquisa de *A Tribuna de Santos* foi feita em 1º lugar na Hemeroteca da Prefeitura de Santos e na Biblioteca da Unisantos e depois completada no arquivo do jornal, que não apresenta boas condições físicas de pesquisa (faltam mesas e cadeiras).

B - Questão conceitual

A complexidade e diversidade do fenômeno, assim como a ambiguidade conceitual do tema, já apontadas no projeto de pesquisa elaborado pelo Diest, resultou em certo grau de dificuldade para a realização dessa atividade. No projeto não há uma definição precisa do objeto da pesquisa; não fica claro, por exemplo, se o objeto é a prostituição ou a exploração sexual das meninas; e o que exatamente pode ser compreendido por esses dois termos.

Dessa forma decidimos eleger, por nossa conta, uma definição, mesmo que precária, de modo a poder estabelecer um critério de seleção das notícias a serem recolhidas. Partimos do estabelecimento de uma diferenciação entre prostituição (compreendida como a manutenção de qualquer forma de relação sexual mediante pagamento - dinheiro, objetos ou favores), e exploração sexual (qualquer forma de utilização da sexualidade das meninas com o fim de obtenção de lucro). Na nossa compreensão, este segundo termo é mais amplo que o primeiro, pois engloba qualquer forma de exploração comercial da sexualidade das meninas, seja por elas mesmas, seja por terceiros, no que está abarcada a prática da prostituição, e também, entre outros, os casos de produção de fotografias para publicação em revistas eróticas e a participação em shows de eróticos e de sexo explícito.

Resolvemos, assim, selecionar todas as matérias que dissessem respeito à exploração sexual de meninas. Quanto à definição do termo "meninas", consideramos as crianças e adolescentes menores de 18 anos, embora nem sempre essa delimitação esteja clara na notícia: muitas vezes não existe o dado da idade, e o termo usado (garota, menina ou virgem) é que nos indica a possibilidade de serem meninas com 18 anos ou menos.

Desprezamos as matérias referentes a outras formas de abuso e violência sexual que não estivessem relacionadas a formas de exploração visando qualquer tipo de lucro; no entanto, consideramos aquelas sub-matérias tratando de assuntos de abuso e/ou violência no interior de reportagens mais amplas sobre exploração sexual.

Cabe observar que, mesmo definindo esses critérios, muitas vezes houve dificuldade de interpretar o caráter do fenômeno referido pelo noticiário, julgar se este poderia ou não ser encaixado na definição adotada. Uma dificuldade bastante presente reside no tratamento "moralista" dado por alguns periódicos ao tema, que tende a classificar como prostituição o próprio exercício da sexualidade de crianças e adolescentes: nesse caso, quando essa distorção ficava evidente, resolvemos desconsiderar as notícias: o critério foi buscar apreender os fenômenos de exploração sexual aparecidos na imprensa, e não as interpretações da imprensa sobre a exploração sexual. Foi seguindo esse critério que não recolhemos o noticiário sobre a seita Meninos de Deus, acusada de propagandear, estimular e realizar a prática de

sexo entre crianças e adolescentes, que, no *Noticias Populares*, foi tratado como prostituição de menores.

Uma outra série de notícias não coletadas refere-se à acusação de abuso sexual de crianças praticadas por responsáveis por uma escola da cidade de São Paulo (Escola Base), pois os casos relatados referiam-se a crianças do sexo masculino, o que está fora do escopo da pesquisa.

C - Questões referentes ao preenchimento das fichas

Com relação à classificação do assunto da notícia: Observamos que não estão arroladas algumas categorias que apareceram bastante no noticiário: em 1º lugar, a própria prática da prostituição infanto/juvenil: há muitas notícias sobre a prática da prostituição por parte das meninas, com dados, relatos, apontamento das causas etc; ou sobre "clientes", pessoas que comprem os serviços sexuais das meninas - nesses casos muitas vezes se usa o termo "corrupção de menores", que não consta entre as categorias apresentadas e dificilmente se encaixa em alguma delas, pois a prática da prostituição em si (tanto do ponto de vista das meninas como dos "clientes") não envolve necessariamente a exploração por terceiros ou por uma rede qualquer, não podendo, portanto, ser classificado na categoria 1 ou 2.

Outro tema bastante frequente é o do envolvimento da polícia (ou de policiais) nas redes de exploração - seja de forma direta ou indireta, pela omissão ou acobertamento. Esse tema também não encontra encaixe nas categorias definidas, pois é diferente da exploração sexual por terceiros (por policiais) (2.4), e também não pode ser incluído na categoria referente à ação da polícia (6), que aí se refere claramente à repressão, controle e punição dos delitos ligados ao fenômeno.

Outro tema que não está contemplado é o da ação do Executivo, pois o item 6 se refere somente à ação da Polícia e da Justiça, e o item 7 somente à ação da sociedade civil, na qual o único poder incluído é o legislativo. Com relação à ação do executivo, seria interessante diferenciar a atuação propriamente dita (programas, intervenções etc) da omissão, que muitas vezes é o tema das matérias com caráter de denúncia.

Constatamos também que parte significativa do noticiário recai sobre a divulgação de dados sobre o fenômeno em si, da discussão de suas causas e consequências, sem especificar um dos aspectos previstos pela classificação. Nesses casos resolvemos usar a categoria 7 para classificá-los. Nessa mesma categoria classificamos também as notícias sobre pesquisas e dados dessas pesquisas.

Uma outra dificuldade para o preenchimento das fichas refere-se à ausência de uma definição mais explícita, no roteiro, sobre a forma de considerar a matéria jornalística. No caso da publicação de reportagens, com mais de uma matéria (ou sub-matéria), na mesma página, sob um mesmo título geral, ficamos na dúvida sobre

se devíamos fazer uma ficha só para toda a reportagem, ou uma ficha para cada submatéria. Optamos por fazer os dois: decidimos tratar essas reportagens como um conjunto, fazendo uma ficha para esse conjunto e depois, separadamente, uma ficha para cada submatéria, a fim de que a equipe responsável pelo relatório nacional escolha a melhor forma de compatibilizar com as fichas das outras unidades federadas. Para tornar mais operacional o uso das fichas, resolvemos numerar, por ordem cronológica, todas as fichas, um conjunto para cada periódico, identificado pela 1ª letra do seu título (F para a *Folha de São Paulo*; NP para *Notícias Populares*, T para a *Tribuna de Santos*). Assim, há um número para cada matéria. Quando se trata de reportagens, de várias submatérias na mesma página sob um mesmo título, usamos o mesmo número para todo esse conjunto de matérias, acrescido de uma letra para cada submatéria desse conjunto. A letra A será sempre referente ao resumo geral de todo o conjunto; na maior parte das vezes, a letra B é referente ao texto que vem logo abaixo do título geral (às vezes, esse texto é um lead de toda a reportagem; outras vezes é uma das submatérias): nesses casos, o título repete o título geral da reportagem, já indicado na ficha de letra A. Dessa forma, se a opção for considerar toda a reportagem como uma matéria só, usa-se somente a ficha de letra A; se não, usa-se todas as letras. Cabe observar ainda que, quando no mesmo número do jornal sai uma matéria ou chamada na 1ª página, referente a uma notícia publicada em outra página do jornal, ela também recebe uma ficha e um número próprio: é considerada uma matéria autônoma.

Nos pareceu que seria interessante se a ficha incluísse outras informações sobre a matéria publicada: o tipo de matéria (se é reportagem, entrevista, editorial, artigo assinado, box, carta de leitor etc); se há fotografias na matéria e, nesse caso, incluir descrição e informação sobre a legenda; os créditos e autoria das matérias, principalmente dos artigos de opinião; se a matéria fizer parte de uma sequência de reportagens, indicar a vinheta que identifica a série.

Nos parece que a inclusão dessas informações permitiria um melhor dimensionamento e avaliação da visibilidade do tema na imprensa - não só a quantidade e temática das matérias, mas seu caráter e complexidade, que auxiliariam a dar uma idéia da importância e relevância conferidos ao tema por aquele periódico.

Decidimos incluir algumas dessas informações a lápis: as vinhetas; o autor de artigos de opinião; a indicação de box e seu título; a seção, ao lado da informação sobre o caderno; se se trata de carta de leitor ou editorial. Além disso incluímos, especificando, os subtítulos.

Para tornar mais fácil a identificação dos casos duvidoso citados acima (as reportagens com várias submatérias) incluímos aqui uma relação dessas fichas:

- ♦ F 4 (31/01/92)
- ♦ F 6 (06/02/92)
- ♦ F 9 (07/02/92)

- ♦ F 11 (08/02/92)
- ♦ F 13 (09/02/92)
- ♦ F 15 (10/02/92)
- ♦ F 18 (11/02/92)
- ♦ F 26 (14/02/92)
- ♦ F 35 (21/02/92)
- ♦ F 43 (06/03/92)
- ♦ F 45 (07/03/92)
- ♦ F 46 (08/03/92)
- ♦ F 50 (14/03/92)
- ♦ F 55 (21/03/92)
- ♦ F 57 (02/01/94)
- ♦ F 60 (20/03/94)
- ♦ F 61 (30/03/94)
- ♦ F 63 (24/07/94)
- ♦ NP 10 (20/11/93)
- ♦ NP 12 (29/04/94)
- ♦ NP 14 (04/05/94)
- ♦ NP 19 (25/07/94)

3. Avaliação da visibilidade do tema na imprensa de São Paulo

Podemos dizer que, no período em foco (jan de 1992 a jul 1994), na imprensa de São Paulo, tomando por base os três periódicos pesquisados, houve uma visibilidade bastante relativa do tema da exploração sexual de meninas. Encontramos ao todo 129 matérias publicadas nos três jornais, entre notícias, reportagens, chamadas de capa, artigos de opinião, editoriais e cartas de leitores. Dizemos uma visibilidade relativa porque nos parece que, usualmente, esse tema tem baixíssima atenção da imprensa (o número apresentado acima indica isso); no entanto, provavelmente por motivos aleatórios e conjunturais, um dos periódicos pesquisados, a *Folha de São Paulo*, publicou uma grande e importante série de reportagens sobre o tema, o que fez aumentar sobremaneira a visibilidade geral do tema, inclusive de outros órgãos da imprensa: a série de reportagens sobre a rota do tráfico e a

escravização de meninas para a prostituição na Amazônia, realizada pelo jornalista Gilberto Dimenstein, diretor da sucursal de Brasília deste periódico.

Essa atenção concentrada e conjuntural é indicada pelo fato de que, das 85 matérias publicadas na *Folha de São Paulo* durante os trinta meses de foco da pesquisa, 50 o foram nos três primeiros meses de 1992 e se referem justamente às matérias que compõem essa série de reportagens. Além disso, muitas das matérias publicadas nos meses seguintes são ainda relativas a repercurssões e desdobramentos provocados por essas reportagens: ações de autoridades e da polícia sobre a rede ali denunciada, o destino das meninas libertadas nessas ações, cartas de leitores comentando as reportagens, notícias sobre a publicação do livro do jornalista sobre o assunto, assim como os prêmios e homenagens por ele recebidos.

Essa série de reportagens teve um caráter bastante acentuado de desvendamento de uma situação trágica da realidade do País: o tratamento da matéria foi o da denúncia da situação das meninas exploradas sexualmente naquela região do país, das causas do fenômeno e de suas consequências, a situação de miséria, violência e abandono dessas meninas; a extensão e ramificação das redes de exploração, a violência e impunidade dos seus agentes; e a omissão das autoridades no combate a essa situação. As reportagens, realizadas por um jornalista de destaque do periódico, que assina uma coluna diária na editoria de opinião, ganharam bastante destaque no periódico: foram publicadas como uma série, sob a vinheta "crianças escravizadas", sempre com uma página inteira dedicada ao tema e com fotografias e boxes com relatos de meninas; vários artigos de opinião, assinados por Gilberto Dimenstein, um editorial de responsabilidade do jornal, e um artigo de opinião de pessoa convidada na seção "Tendência e Debates".

No interior dessa série, além do esquema do tráfico e escravização nos garimpos da região amazônica, os temas abordados foram: a violência profunda e generalizada contra as meninas (dos donos de boate, dos garimpeiros e outros "clientes", da polícia e da própria família); a exploração e abuso das meninas índias por parte de marreteiros, garimpeiros e soldados do Exército, assim como a exploração por parte de seus familiares; a prostituição entre meninas de rua; a questão da saúde das meninas prostituídas: a gravidez, o aborto, as doenças sexualmente transmissíveis, a questão do suicídio entre essas garotas; a exploração, abuso e agressão por parte da polícia contra as meninas prostitutas e meninas de rua, e a impunidade desses policiais; a omissão governamental; e, posteriormente, as ações das autoridades e da polícia frente às denúncias efetuadas.

Cabe ressaltar que a *Folha de São Paulo* deu bastante destaque a seu próprio papel no desencadeamento dessas ações, publicando sempre alguma matéria sobre a repercurssão de suas reportagens e todas as notícias sobre o jornalista responsável por elas (lançamentos de livro, homenagens e prêmios).

Depois dessa série, os assuntos das matérias publicadas sobre o tema foram: a instauração da CPI sobre Prostituição Infantil no Congresso Nacional; a questão do

sexo-turismo; denúncias e declarações de entidades e movimentos da sociedade civil sobre a existência de meninas prostituídas; realização de encontros de entidades internacionais que abordaram o tema da prostituição infante/juvenil no Brasil; a prostituição entre meninas de rua; a questão do uso de drogas entre meninas prostitutas; utilização de meninas prostitutas no narcotráfico (com envolvimento da polícia); a questão da prostituição de menores no porto de Santos e o problema das drogas e da AIDS entre elas.

Muitas dessas matérias giram em torno ou incluem dados resultantes de enquetes e pesquisas realizadas pelo próprio jornal ou por outras entidades e movimentos vinculados a um trabalho com essas meninas.

Pode-se, assim, dizer que o tom geral das matérias publicadas nesse periódico é o da denúncia e busca de retratar o fenômeno, alertando para a situação vivida pelas meninas e para as causas do fenômeno, denunciando a rede de exploração e a atuação dos agentes de delitos, exigindo a ação das autoridades governamentais. Pode-se também dizer que a série citada de reportagens teve grande repercussão na opinião pública e funcionou como um modo de pressão sobre as autoridades governamentais, desencadeando aberturas de inquéritos e ações de intervenção da polícia sobre alguns elementos das redes de exploração.

No periódico *Notícias Populares*, o tom das matérias publicadas é bastante diferente: em geral nas páginas policiais, quase sempre são notícias sobre ações da polícia sobre delitos vinculados à prostituição, onde o envolvimento de menores é focado sob o ângulo do escândalo: blitz em boates ou prostíbulos explorando menores, shows eróticos ou de sexo explícito, falsificação de documentos de menores de idade, ação de cafetões, casos de suicídio de meninas prostituídas. No entanto, há também algumas matérias de denúncia e retratação do fenômeno, tratando da dimensão e causas do problema. Há uma matéria sobre a CPI e outra sobre a pesquisa desenvolvida em Santos. Neste periódico não foi, durante o período pesquisado, publicado nenhum artigo de opinião ou editorial sobre o assunto.

No periódico *A Tribuna de Santos*, o noticiário sobre o assunto normalmente segue o mesmo estilo do NP, embora seja ainda mais esporádico e o foco principal seja sobre a rede de hotéis que abriga meninas para programas e a questão das drogas e da AIDS entre as meninas prostituídas. No entanto, o fato que ganhou maior espaço nesse período pesquisado foi o projeto de atendimento desenvolvido pela Prefeitura do Município e a pesquisa a ele vinculada, desenvolvida pela Unisantos.

É interessante notar que a maior parte das matérias publicadas sobre o assunto na FSP se referem à exploração sexual de meninas em outros estados que não o de São Paulo: principalmente nos estados da Amazônia e Centro-Oeste (regiões de garimpo) e do Nordeste (principalmente Recife, PE); em menor escala o Rio de Janeiro, nas matérias sobre sexo-turismo. Não temos elementos suficientes para inferir se isso se deve ao fato do fenômeno ter maior dimensão ou gravidade naqueles estados do que em São Paulo, ou se deve ao fato dele ser simplesmente mais visível

lá, menos disfarçado, e com um maior número de entidades e movimentos trabalhando com essas meninas, exercendo a denúncia e chamando atenção para o fenômeno.

De todo o modo, a impressão pela imprensa é que o aparecimento da exploração de meninas é menor na cidade de São Paulo que em outras regiões do País, talvez por serem redes menores, mais diluídas ou mais escondidas. As notícias referentes ao fenômeno aqui se referem às redes de pequenos hotéis e de boates, a prostíbulos e cafetões que exploram as meninas, ou à prostituição de rua em torno das estações de ferro. Numa outra vertente, a questão da prostituição entre meninas de rua e o envolvimento de policiais em abusos e agressões.

Já na cidade de Santos a visibilidade parece ser maior, devido à prostituição na região do Porto. A prostituição infante/juvenil parece ser mais visível e mais presente na opinião pública, ganhando importância a questão das drogas e das doenças sexualmente transmissíveis entre essas meninas. Lá também ganhou bastante visibilidade a ação da Prefeitura na montagem de programa de atendimento a essas meninas, e a pesquisa que dá suporte a esse projeto.

Cabe ressaltar, como última observação, que não foi muito grande o espaço e destaque dado por esses periódicos à CPI da Prostituição Infantil do Congresso Nacional.

Helena Wendel Abramo

CEDI (Centro Ecumênico de Documentação e Informação)

São Paulo, 15 de dezembro de 1994

<:CBLAT>